



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE UNB PLANALTINA

BIANCA BARROS VARELA

A influência do Programa de Aquisição de Alimentos na comercialização dos agricultores familiares do Distrito Federal e Entorno

Planaltina/DF

2018

BIANCA BARROS VARELA

A influência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na comercialização dos agricultores familiares do Distrito Federal e Entorno

Relatório de Estágio Supervisionado em Pesquisa de Iniciação Científica ao curso Gestão do Agronegócio, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Gestão do Agronegócio.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Sauer

Planaltina/DF
2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela minha vida, por me conceder forças para superar as dificuldades não apenas ao longo dos anos de universitária, mas em todos os momentos da minha vida. Sem Ele nada disso seria possível.

Agradeço a minha mãe Lu, heroína, guerreira, pelo amor transferido a mim, que sentiu minha dificuldade, que sempre esteve ao meu lado e que me ensinou a lutar. Agradeço a meu pai Moisés, a vó Rosaly, tia Mônica e tio Lúcio, por todos os ensinamentos passados, por todo apoio, confiança e amor. Vocês foram essenciais para minha formação. Agradeço também os meus tios Paulo, Manoel e Vânia por serem muito mais que tios, por todo carinho depositado. A minha prima Jéssica, por sempre estar ao meu lado na alegria e em todas as dificuldades.

Agradeço a UnB por ter sido uma mãe para mim e aos professores que se dedicaram a me ensinar. Agradeço pelos amigos que fiz, em especial a Stefany e Franciely; com elas tudo se tornou mais leve, agradeço pela irmandade e pelos momentos felizes. Só nós sabemos o que passamos para chegar até aqui. Com certeza continuarão presentes na minha vida inteira.

Agradeço as minhas verdadeiras amigadas, Daniela e Júlia que, além de serem minhas irmãs, tenho como amigas porque conhecem todas as minhas versões e continuam do meu lado. Agradeço a Joice por todos os conselhos de amiga, por sempre me mostrar o lado bom da vida.

Agradeço a meu orientador Prof. Dr. Sérgio Sauer, pela paciência, por todos os conselhos valiosos, pelos conhecimentos passados ao longo dos anos. Seu apoio foi fundamental para que este trabalho se realizasse.

Agradeço a todos que fizeram parte direta e indiretamente da minha formação, o meu muito obrigada!

RESUMO

O Programa de Aquisição de Alimentos - PAA é uma política pública de grande importância para a comercialização de alimentos provenientes da agricultura familiar, além de ter o importante papel de abastecer famílias vulneráveis e com insegurança alimentar nutricional. Através do cooperativismo os agricultores familiares se aproximaram do programa e se tornou possível escoar a sua produção. Este trabalho tem como objetivo analisar a influência do Programa de Aquisição de Alimentos na comercialização dos agricultores familiares do Distrito Federal e Entorno, bem como as dificuldades encontradas no acesso e execução e as melhorias que o mesmo trouxe para as famílias entrevistadas. A coleta de dados foi realizada através de dois roteiros de entrevista semiestruturada; um deles com a cooperativa Pro Rural e o outro com agricultores familiares situados em Planaltina de Goiás. Através deste estudo, é possível afirmar que a comercialização de alimentos na agricultura familiar tem grande importância socioeconomicamente, e que o Programa de Aquisição de Alimentos trouxe benefícios em diversos setores para os agricultores familiares, sendo na comercialização, produção, renda e qualidade na alimentação.

Palavras-chave: Programa de Aquisição de Alimentos. Comercialização. Agricultura Familiar. Cooperativismo.

ABSTRACT

The Food Acquisition Program (PAA) is a public policy of great importance for the commercialization of food from family farms, as well as having the important role of supplying vulnerable families with nutritional food insecurity. Through cooperativism, family farmers approached the program and it became possible to dispose of their production. This work aims to analyze the influence of the Food Acquisition Program on the commercialization of family farmers in the Federal District and Surroundings, as well as the difficulties encountered in access and execution and the improvements that it has brought to the families interviewed. Data collection was performed through two semi-structured interview scripts; one of them with the Pro Rural cooperative and the other with family farmers located in Planaltina de Goiás. Through this study, it is possible to affirm that the commercialization of food in family agriculture has great socioeconomic importance and that the Food Acquisition Program has brought benefits in the marketing, production, income and quality of food.

Keywords: Food Acquisition Program. Commercialization. Family farming. Cooperativism.

Lista de abreviaturas e siglas

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

CEASA/DF – Centrais de Abastecimento do Distrito Federal

CODEPLAN – Companhia de Planejamento do Distrito Federal

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

GGPAA – Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

OCB – Organização das Cooperativas do Brasil

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PAPA – Programa de Aquisição da Produção da Agricultura

PGPAF – Programa de Garantias de Preços para a Agricultura Familiar

PLANAF – Plano de Assistência Familiar

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRO RURAL – Cooperativa dos Produtores Rurais de Planaltina de Goiás e Região

SAN – Segurança Alimentar Nutricional

SEAGRI – Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural

SEPLAG – Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão

Sumário

1- Apresentação	8
2- Referencial Teórico	11
2.1- Agricultura Familiar	11
2.2- Comercialização de alimentos provenientes da Agricultura Familiar	13
2.3- Cooperativismo Agrícola	15
2.4- Políticas públicas na Agricultura Familiar	17
2.5- Mercados Institucionais.....	20
2.6- O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	21
3- Contexto da pesquisa de campo: PPA e a Pro-Rural no DF	24
3.1- Agricultura Familiar no Distrito Federal e Entorno	25
3.2- O PPA no DF	27
3.3- Análise dos dados: a participação da cooperativa no PAA.....	30
4- CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS	36
APÊNDICE	42

1- Apresentação

Os mercados institucionais demonstram ser de grande importância para a comercialização dos agricultores familiares, pois garantem uma compra ininterrupta por determinado período, resultando em segurança aos produtores e às suas famílias. No Brasil, estes mercados também visam à segurança alimentar e nutricional da população através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), segundo Rosa e dos Anjos (2014).

Por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), os agricultores familiares têm a possibilidade de vendas ininterruptas no ano, com preços fixos e sem atravessador. Todavia, é por meio de cooperativas que a entrega dos produtos acontece, garantido que os alimentos oriundos da agricultura familiar sejam conduzidos direto para as comunidades beneficiadas (escolas, quartéis, creches, associações de bairros, pastorais, presídios etc.) (ROSA e DOS ANJOS, 2014).

Com base nos fundamentos de Oliveira (2017), a cooperativa agrícola é responsável por todo o provimento de recursos para que o agricultor/produtor seja incentivado à atividade rural. Conta, por exemplo, com linhas de crédito especial aos produtores, recursos próprios (angariados pela própria comercialização dos produtos) ou através do crédito governamental. Fato importante é que, por tradição agrícola e como meio de estímulo à agricultura familiar, há várias cooperativas agrícolas no Brasil, oriundas do ajuntamento de famílias que cultivam e não possuíam competitividade como os médios e grandes produtores. Distinto do que ocorre na atualidade, através das cooperativas agrícolas o agricultor familiar tem a chance de capacitar-se tecnicamente e assim melhorar sua condição econômica e social, implementando os princípios do cooperativismo, mudando sua realidade social.

Já a agricultura familiar, por sua vez, distingue-se pela sua disposição em se atualizar, adaptando-se aos distintos cenários históricos, se sobressaindo no campo da produção de alimentos (CARNEIRO, 1998). Não obstante, esse setor produtivo está submetido a “um conjunto de oportunidades, restrições e alternativas em cada momento e que podem tanto potencializar como minar as bases de sustentação dessa forma de organizar a produção” (BUAINAIN; SOUZA; SILVEIRA, 2002, p.48). Significa que o futuro dos agricultores está

sujeito exclusivamente da competência de se reduzir as desvantagens concorrentes, potencializando assim as vantagens próprias do grupo social. Consequentemente, com base nessa probabilidade de reduzir as desvantagens competitivas, intensificando, ao mesmo tempo, os benefícios oportunos dos agricultores familiares, o que nos sugere oportunamente situar o cooperativismo.

Grisa (2010) afirma que, por volta dos anos 1990, a Agricultura Familiar foi conceituada e legalizada perante o Estado, juntamente com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Após o PRONAF, foram criados vários outros programas e políticas voltadas para a agricultura familiar, inclusive o PAA, criado em 2003. Em 2017, a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2018) contabilizou 18.688 agricultores familiares beneficiados. Foram beneficiados pelo PAA com a comercialização de alimentos das cooperativas agrícolas e associações de assentados da reforma agrária, extrativistas, pescadores artesanais, povos e comunidades tradicionais.

Além disso, outros milhares de agricultores foram indiretamente beneficiados devido aos impactos positivos sobre os preços pagos aos produtores que forneceram ao PAA. Somando-se a esta análise, mais de trinta mil instituições, de amparo a idosos e crianças, associações comunitárias, creches, hospitais entre outras, foram abastecidas regularmente com alimentos produzidos por esses agricultores, beneficiando milhões de brasileiros atendidos pela rede de serviços de assistência social, educação e saúde do País. Muitas dessas instituições tiveram, pela primeira vez, fornecimento de alimentos regular e sem custos (BRASIL, 2014).

O desenvolvimento deste relatório de estágio se deu por meio de revisão de literatura (livros, capítulos de livros, artigos científicos, etc.), especialmente em pesquisas e consultas a revistas online, como a Scielo e outras. Vinculado ao Projeto de Iniciação Científica (2017/2018), o objetivo geral deste relatório é analisar e relatar a influência do PAA na comercialização de alimentos dos agricultores familiares no Distrito Federal e Entorno, bem como, refletir acerca da importância do PAA na comercialização de alimentos por meio de cooperativas agrícolas. Do mesmo modo, é possível observar os desafios que os agricultores familiares enfrentam relacionado à comercialização de seus produtos.

A agricultura familiar no Distrito Federal demonstra grande relevância para o abastecimento alimentício de famílias com insegurança alimentar e nutricional. É através de políticas públicas de compras institucionais que a comercialização dos produtos de agricultores familiares do DF se fortalece, gerando emprego e renda e incentivando a produção. Segundo dados do Censo Agropecuário (2017), existem, em média, 21.812 agricultores familiares no Distrito Federal e a produção de hortaliças demonstra ser a principal atividade produtiva e econômica entre os agricultores (EMATER, 2018).

Diante disso, esta pesquisa foi importante para enriquecer estudos relacionados à agricultura familiar no DF, já que não há tantas pesquisas sobre o tema e compreender o quanto é essencial à participação da comercialização dos agricultores familiares para abastecer famílias vulneráveis. A pesquisa se direciona aos agricultores familiares associados à cooperativa ProRural de Planaltina de Goiás, e devido à proximidade do local e boa comunicação com os agricultores familiares entrevistados que se tornou viável o estudo dentro da cooperativa.

Este trabalho se divide em dois capítulos a começar pela apresentação. No primeiro capítulo se encontra o referencial teórico, que tem o objetivo de fundamentar o trabalho com pesquisas de autores visando conceitos, contexto histórico, e a importância do PAA, Agricultura Familiar, Comercialização de Alimentos provenientes da Agricultura Familiar, Mercados Institucionais, Cooperativismo Agrícola e Políticas Públicas, mantendo-os como base para realizar as pesquisas em torno do tema proposto. O segundo capítulo traz o contexto de pesquisa, buscando dados sobre a participação da Agricultura Familiar no DF e Entorno; além da análise de dados que busca abordar estudos sobre a comercialização de alimentos de agricultores familiares através do PAA, contando com dados coletados através de visitas e entrevistas. O trabalho é complementado com as considerações finais.

2- Referencial Teórico

O cooperativismo tem grande importância para a agricultura familiar por ser uma estratégia de estímulo e fortalecimento de suas atividades econômicas. É através do cooperativismo que agricultores familiares têm maior facilidade de acesso a políticas públicas, melhores condições de crédito e assistência técnica, buscando melhorias tanto na renda familiar como na comercialização dos produtores rurais.

Diante da grande dificuldade que os agricultores familiares encontram na capacidade de escoamento de produção, o PAA tem sido importante para garantir que os alimentos cheguem até os beneficiados com o mínimo de perdas possíveis. De um lado, há a garantia de renda do agricultor familiar e, de outro lado, o combate da insegurança alimentar e a qualidade dos alimentos oriundos da agricultura familiar.

2.1- Agricultura Familiar

A agricultura familiar surge junto com a expansão do latifúndio, época que se predominava o trabalho escravo e a produção da cana-de-açúcar em grandes propriedades, sendo que a expansão canavieira se firma como a base da economia colonial. O vínculo da expansão canavieira com a produção pecuária resultou no conceito de “agricultura de subsistência”, ou seja, a população do meio rural trabalhava nas fazendas com o gado e também nos engenhos. Entretanto, quando a mineração se tornou a principal fonte de renda do país, a agricultura de subsistência deixou de ser relevante (FERNANDES, 2013).

A agricultura familiar surge no Brasil através da revolução verde (em meados da década de 1950) diante de impactos sociais, culturais e ambientais, quando a mesma se torna uma produção alternativa à monocultura e ao latifúndio (SILVA e JESUS, 2007). A agricultura familiar é representada no setor político através de movimentos sociais, como sindicatos e cooperativas, em que os produtores rurais de origem carente e desprovidos de acesso à educação, têm como objetivo comum lutar por seus direitos sociais, como o direito à propriedade e à infraestrutura, buscando conquistar espaço na sociedade. Também é representada a agricultura familiar desde a valorização dos jovens, mulheres e assentamentos rurais de reforma agrária até

os alimentos provenientes do mercado solidário e da agricultura orgânica, que tem como principal objetivo preservar a biodiversidade (MOREIRA, 2009, p.62).

Diante de muitas lutas, diante de profundas mudanças no setor rural, dos movimentos sociais em busca de melhorias na produção, a agricultura familiar se firmou a partir de 1990. Nesta época, começaram a surgir políticas públicas específicas, sendo uma delas a criação de uma linha de crédito de custeio com o Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PLANAF). Este foi transformado no Programa Nacional dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1996. O objetivo foi estimular os agricultores familiares a continuarem com suas atividades rurais e auxiliar no aumento da renda através de linha de crédito (SALVODI e CUNHA, 2010).

Conforme Abramovay (1998), a agricultura familiar é um modelo de atividade agrícola inserido em uma unidade de produção que se baseia na organização e operação da produção dos alimentos, onde a mão de obra é executada predominantemente por um grupo familiar, e que toda a atividade realizada está ligada à gestão, trabalho e propriedade.

A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes, tampouco operacional e perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar para fins de atribuição de crédito pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiares) estão presentes em todas elas. (ABRAMOVAY, 1998, p.146).

Quando se trata de modelo de produção agrícola de grandes propriedades em comparação da estrutura da agricultura familiar, é importante constatar duas visões de mundo. Enquanto a primeira afasta o consumidor do produtor, a segunda valoriza a comercialização direta, melhora a situação econômica e a valorização da identidade do pequeno produtor. Na agricultura familiar de produtos orgânicos essa visão vai ainda mais longe, ela trata da sustentabilidade dos recursos naturais, da saúde do produtor e consumidor, e de encarar a alimentação como uma questão de saúde pública.

De acordo com o Portal do Governo do Brasil (2018), a agricultura familiar contribui significativamente para o crescimento econômico do Brasil, ocupando o 8º lugar com faturamento anual de US\$ 55,2 bilhões como maior produtor de alimentos provenientes da

Agricultura Familiar, ainda que o Brasil dependesse apenas da agricultura familiar, ocuparia a 10º posição do agronegócio mundial. Isso mostra que o agricultor familiar é a base para o crescimento econômico do país baseado na produção de alimentos. Além de contribuir para que o Brasil esteja entre os grandes produtores de alimentos do mundo, a Agricultura Familiar contribui positivamente para a geração de emprego e renda aos agricultores e o combate à insegurança alimentar do país (GUILHOTO *et al.* 2007, p.1).

Baseando-se nos estudos feitos com o tema "agricultura familiar", é possível afirmar que tal tema possui grande valor ao decorrer do trabalho, pois, a partir do contexto histórico, observa-se o quanto a agricultura familiar se desenvolveu a partir de lutas para melhoria de famílias rurais. Atualmente políticas públicas auxiliam na comercialização dos produtores rurais, em melhorias de produção, acesso a créditos, geração de renda e tecnologia com custos acessíveis para facilitar a produção e diminuir o tempo de trabalho, ajudando na competitividade de mercados maiores.

2.2- Comercialização de alimentos provenientes da Agricultura Familiar

Conforme aponta Pauli (2009, p.36), diante da necessidade de desenvolvimento no setor agrário, o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek (1956-1960) tinha como um dos objetivos a prática da reforma agrária, porém, o que realmente ocorreu foi uma concentração fundiária direcionada para o crescimento do agronegócio brasileiro, provocando uma "[...] posição estratégica internacional como país produtor de alimentos ou, ao menos, de matéria-prima para produção de alimentos" (PAULI, 2009, p. 36).

Por outro lado, de acordo com Mattei (2014, p.2), o agricultor rural era considerado incapaz para o crescimento na produção de alimentos do país, justamente por possuir uma pequena área produtiva e não interferir tanto na produção em larga escala. Mas o que se pode frisar é que a comercialização da Agricultura Familiar teve e tem um importante papel para o autoconsumo e o excedente da sua produção, auxiliando a economia e obtendo uma distribuição melhor de alimentos pelo Brasil e, conseqüentemente, tornando-se “[...] um setor econômico que se relaciona com o mercado através do acesso ao crédito, permitindo a aquisição de insumos, agregação de valor e comercialização da produção” (PAULI, 2009, p.41).

Para Barros (2007, p.1), a comercialização pode ser considerada um processo social relacionado a interações entre agentes econômicos através de instituições adequadas e que, neste sistema de comercialização, o mercado está inserido como uma importante instituição.

A comercialização envolve, conforme se depreende das definições apresentadas, uma série de atividades ou funções através das quais bens e serviços são transferidos dos produtores aos consumidores. Essas atividades resultam na transformação dos bens, mediante utilização de recursos produtivos - capital e trabalho que atuam sobre a matéria-prima agrícola. A comercialização trata-se, portanto, de um processo de produção e como tal pode ser analisada valendo-se dos instrumentos proporcionados pela teoria econômica (BARROS, 2007, p.1).

Stevan, Salvaro e Lanzarini (2014, p. 4) afirmam que a comercialização na agricultura familiar se encaixa nas chamadas cadeias curtas de distribuição agroalimentar. O objetivo é evitar atravessadores e aproximar produtores e consumidores. Segundo Sabourin (2007, p. 743), estes circuitos curtos de comercialização na agricultura familiar são caracterizados como as chamadas vendas diretas, venda na roça, feiras, dias de festa por produto típico, venda às cooperativas de consumo, etc. É possível afirmar que os circuitos curtos de comercialização são considerados meios estratégicos para os agricultores familiares escoarem sua produção, desse modo facilita a proximidade entre o produtor e o consumidor final sem a presença de atravessadores.

Segundo Pierre e Valente (2009, p.6), há ainda a comercialização de alimentos oriundos da agricultura familiar através de mercados institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) - que é o foco deste trabalho, de forma que a aquisição de produtos da agricultura familiar é feita através da compra para o atendimento de pessoas com insegurança alimentar e nutricional, da distribuição em escolas, restaurantes populares, entre outras instituições públicas e também na modalidade de formação de estoques estratégicos.

No entanto, Ueno *et al.* (2016, p.1) afirmam que agricultura familiar é a responsável por fornecer alimentos para o mercado interno e reduzir a insegurança alimentar brasileira, além de ter grande importância para a economia do país, porém, um dos desafios enfrentados pelos agricultores familiares é a dificuldade de escoamento de produção resultante do pouco investimento aplicado na Agricultura Familiar.

Seguindo a linha de pensamento anterior, Silva e Schultz (2017, p.3) concluem que o cooperativismo pode ser uma grande ferramenta para o escoamento de produção pois, através da cooperativa os agricultores rurais dispõem de maior acesso ao mercado, por ter como características positivas distribuição de renda, geração de empregos e arrecadação e estímulo econômico entre municípios e territórios rurais.

2.3- Cooperativismo Agrícola

As cooperativas, que é elemento da ação do cooperativismo, são marcadas pelo nascimento da primeira cooperativa no século XIX, mediante a um panorama de Revolução Industrial, onde procuravam direitos como a igualdade, a fraternidade e a liberdade, relata Benecke (1980). Progredindo, essa ação cooperativista, desenvolveu numerosos ramos da economia, tendo como relevância para esse estudo a cooperativa agrícola, a qual será abordada no referencial teórico.

Bialoskorski (2006, p.21) afirma que o “cooperativismo e as formas de cooperação são algo de muito antigo na história da humanidade. As pessoas quando se juntam, produzem muito mais que a soma do que produziriam individualmente”. Por terem papel dúplice, não somente econômico como também social, as cooperativas destacam-se por conterem administração coletiva fundamentada em seus princípios, sempre da forma mais democrática plausível.

A simplicidade da produção rural não é verídica, como muitos pensam, pois, conseguir a consolidação do negócio requer demasiado esforço e dedicação. Devido a isto, a afiliação dos produtores a uma cooperativa agrícola tem sido de maneira corriqueira, relata uma publicação do Blog Tecnoflex AGRO (2017).

As cooperativas baseiam-se em valores de ajuda mútua e responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade. Conforme os seus pioneiros, o cooperativismo acredita nos valores éticos da honestidade, transparência, responsabilidade social e preservação do ambiente para o desenvolvimento sustentado (GAWLAK, 2007, p.10).

De acordo com a cartilha “Cooperativismo: uma história sempre atual” (Federação das Unimed's do Estado de São Paulo Diretoria e Desenvolvimento Humano, s/d), a vida das cooperativas nasce de um panorama desordenado de exploração da mão de obra cumulada com o

crescido número de desempregados, em meio a uma economia capitalista, onde a qualidade de seus produtos ou sequer a capacitação e educação de seus trabalhadores eram de interesse geral. No ano de 1844, um grupo de 28 operários tecelões se juntou, com a tentativa de operarem de forma alternada no mercado de trabalho, analisando a presente visão do fato econômico e social da situação histórica. Dessa forma originou-se a primeira cooperativa do mundo, cujo nome foi “Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale”, registrada em 24 de outubro de 1844, em Rochdale, Inglaterra. Vale lembrar que o ajuntamento desse grupo não tinha como finalidade apenas o lucro.

“As cooperativas agrícolas são caracterizadas, na literatura, pela sua capacidade de organizar o espaço e a produção rural, de aumentar o volume de produção, de permitir a geração de uma renda e melhoria de vida dos agricultores” (BIALOSKORSKI, 2000, *apud* LINS e PIRES, 2010, p. 1). Sendo que, o fornecimento de recursos para incentivo do agricultor rural é de inteira responsabilidade da cooperativa agrícola, contando assim com linhas de crédito especial aos produtores, recursos oriundos da própria comercialização dos produtos ou até mesmo por meio do crédito governamental, relata Oliveira (2017). Outra forma de incentivo desta prática é a comercialização de alimentos para creches e escolas, com o intuito do desenvolvimento regional e ainda fazem vinculações com distintas cooperativas, internacionalmente falando, excitando assim a economia e combatendo a fome no mundo.

Associando o cooperativismo com a agricultura familiar temos a evidência de um mundo caracterizado pela intensa concorrência, caracterizando de tal maneira, a globalização da economia. Considerando assim, que a associação e a cooperação compõem significada vantagem para a sustentabilidade da união produtiva e negócio. Sendo que, na esfera da agricultura familiar, a literatura tem considerado as cooperativas como um canal significativo de produção, coordenação de produção, associação de valor e de comercialização da produção (PIRES, 2003).

Esta associação (Cooperativismo e AF) vem admitindo permutas de melhores preços dos produtos oferecidos, como mostram Pires *et al.* (2009). Eles também trazem a observação da diversificação da produção, com o intuito de se ter condições de crédito superior, eliminando assim os mediadores. Já Bialoskorski (2000 *apud* LINS e PIRES, 2010) afirma que a missão da cooperativa agrícola é a ligação de serviços entre as economias dos cooperados e do mercado,

possibilitando a conexão do produtor na dinâmica produtiva, fazendo com que haja barateamento nos custos de produção, comercialização e a incrementação dos negócios.

2.4- Políticas públicas na Agricultura Familiar

Existem diversas definições para o conceito de políticas públicas, porém Agum, Riscado e Menezes (2015, p.16) conseguem definir a política pública “como o campo do conhecimento que busca ao mesmo tempo “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças nos rumos ou cursos dessas ações (variável dependente).” Os autores concluem ainda que as políticas públicas é uma maneira de como o governo traduz as reais necessidades da população e realiza as ações práticas como projetos, planos e programas, isso logo depois das políticas públicas serem precisamente avaliadas pelo governo e conseqüentemente pela população, na qual julga se os governantes atenderam ou não as expectativas, prevalecendo sempre o interesse público.

Para uma melhor compreensão, Griza e Schneider (2014) dividem a evolução das políticas públicas brasileiras para a agricultura familiar em três momentos históricos. O primeiro momento está voltado para o setor agrícola e agrário que, por volta de 1994 os produtores começam a se potencializar para reivindicar seus direitos através de movimentos sociais por melhorias de créditos rurais e inclusão socioeconômica, por meio de políticas públicas que atendessem suas necessidades específicas, como Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF), Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), projetos de assentamentos de Reforma Agrária etc.

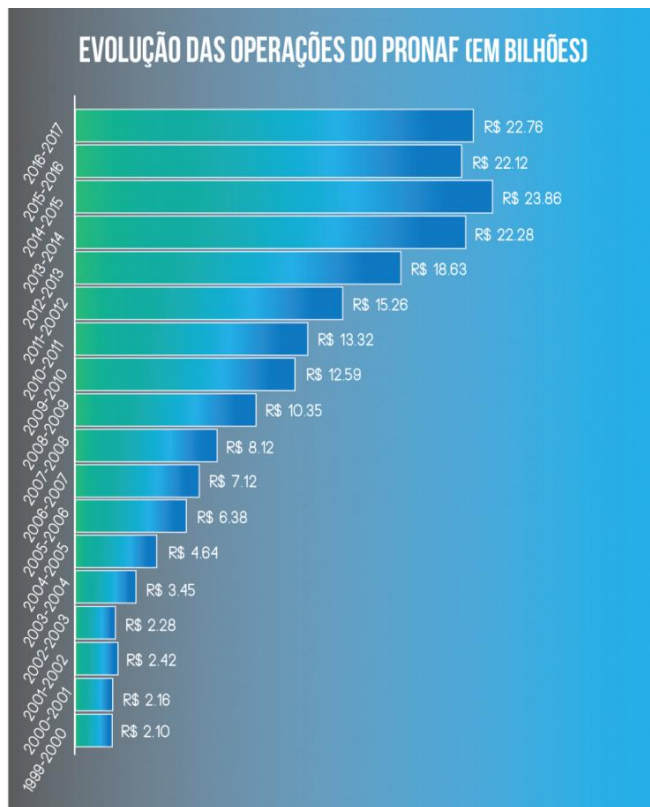
Ainda de acordo com os autores (GRIZA E SCHNEIDER, 2014), o segundo período histórico aponta que, por volta de 1997 a 2003 ocorreu a necessidade de um maior empenho no setor social e assistencial, na qual outras políticas públicas surgiram derivadas do PRONAF, trabalhando exclusivamente na infraestrutura dos municípios mais vulneráveis. Uma dessas políticas públicas que surgiu como estímulo para o desenvolvimento da agricultura familiar foi o

“Pronafinho”¹, que teve como objetivo afastar os pequenos produtores da pobreza através de linhas especiais de crédito, inserindo-os no avanço socioeconômico e estimulando o escoamento de sua produção. Logo mais, desencadearam-se diversos programas que atendiam as necessidades dos agricultores familiares, como a Bolsa Família, Programa Fome Zero, Programa Garantia Safra entre outros.

Griza e Schneider (2014) esclarecem o terceiro período histórico acerca dos mercados para segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental que se impulsiona a partir de 2003, quando estes dois fatores se intensificam através do Projeto Fome Zero, quando se compreende que um dos direitos sociais como a alimentação, de acordo ainda com Griza e Schneider (2014, p.138) “não estava sendo efetivado em razão da insuficiência da demanda, da incompatibilidade dos preços dos alimentos com o poder aquisitivo da maioria da população e da exclusão da população pobre do mercado.” Diante destas dificuldades, o mercado institucional foi o divisor de águas tanto para os agricultores que tiveram oportunidade de gerar renda principalmente porque não havia atravessadores, quanto para a população com insegurança alimentar que os alimentos chegavam diretamente para as escolas públicas, hospitais, presídios etc. Com isso, estimulou na necessidade de se criar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), agroindústrias, selos e certificações que surgiram como garantias para inserir a produção de alimentos do agricultor familiar para abastecer a população em situação de insegurança alimentar e também numa base sustentável em que estes alimentos devem ser produzidos.

Com base no estudo destes três referenciais e no momento atual, o PRONAF é a política pública que se destaca por ser a principal fonte de linhas de crédito com juros mais baixos destinados para os agricultores familiares. De acordo com o MDA, o PRONAF está em ascensão há duas décadas e o valor total das operações chega a 200 bilhões, apresentando significativa evolução e somente 1% de inadimplência dos contratos.

¹ Com base nos autores (GRIZA E SCHNEIDER, 2014), o Pronafinho foi uma linha especial de crédito de custeio para investimentos do Programa Nacional do Fortalecimento da Agricultura Familiar, criado para atender diretamente os agricultores familiares mais necessitados.



Fonte: MDA (2017)

Ainda conforme os dados do MDA (2017), no início da safra 1999/2000 o PRONAF somou 1 milhão de contratos, movimentando R\$ 2,1 bilhões. Da primeira safra até 2005/2006 totalizaram-se 2,5 milhões de contratos, chegando a movimentar pouco mais de R\$ 6,3 bilhões. O Governo Federal investiu R\$ 10 bilhões em recursos para o PRONAF na safra 2006/2007, porém no ano agrícola de 2008/2009 os contratos ultrapassaram a meta dos R\$ 10 bilhões concedidos na safra anterior. O mesmo ocorreu com a marca dos valores disponibilizados pelo Governo nas safras 2012/2013 e 2013/2014. O PRONAF alcançou seu recorde no valor de R\$ 23,8 bilhões em movimentações e, na sua safra 2016/2017, foram disponibilizados R\$ 30 bilhões e dados da última safra que foi concluída em junho de 2017 mostram que já foram movimentados R\$ 22,76 bilhões em créditos para o PRONAF.

Em suma, os dados e o histórico da evolução do PRONAF e suas linhas de créditos revelam a evolução da inserção socioeconômica do produtor, tendo como retorno seu êxito na geração de renda e melhoria na qualidade de vida do grupo familiar.

2.5- Mercados Institucionais

Até o final da década de 1990, não havia políticas públicas que pudessem auxiliar na comercialização e no desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil. Os mercados institucionais surgiram com o auxílio do Programa Fome Zero, criado em 2003. Este programa, através do estímulo do Estado, firmou um grande passo para o desenvolvimento de políticas públicas focadas em proteger populações em situação de fome e de insegurança alimentar (BECKER e ANJOS, 2015).

De acordo com a análise de Maciel (2008), os mercados institucionais são definidos como uma espécie de política pública governamental que, através dos mercados institucionais, torna-se possível a compra de diversos alimentos (em nível estadual, federal e municipal) que auxilia na comercialização e geração de renda para os agricultores em situações de vulnerabilidade. Ainda de acordo com o referido autor, os mercados institucionais de alimentos realizam compras de vínculos contínuos, como em creches, hospitais, escolas e sistemas carcerários (MACIEL, 2008). Atuam ocasionalmente para atender a população por motivo de calamidade pública, e também através de programas de governos como o Programa de Aquisição de Alimentos, que é um dos objetos de estudo do presente artigo.

Conforme Rocha e Anjos (2016), os mercados institucionais são caracterizados como *nested markets*² ou mercados aninhados, atuando harmonicamente com o desenvolvimento territorial e contribuindo para a redução da pobreza rural. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) também é um exemplo de mercado aninhado, pois, atua exclusivamente para a população mais vulnerável, caracterizando-se como um segmento específico.

Ploeg (2011, p. 123) utiliza o seguinte conceito de mercado aninhado:

O mercado aninhado está integrado ao mercado amplo, mas como um segmento específico. É um segmento que possui diferentes inter-relações, distintas dinâmicas e um impacto diferenciado, bem como é governado de modo diverso. Em suma, é um mercado aninhado: consiste de um conjunto específico de transações, envolvendo produtos e serviços específicos, entre fornecedores e compradores específicos, que obedecem normas específicas e produzem benefícios específicos. Esta especificidade socialmente construída define e reproduz o mercado aninhado. Juntas, as diversas e interconectadas

² Segundo Cassol et al (2016) os *nested markets* (mercados aninhados) são mercados singulares, também conhecidos como mercados imersos, socialmente construídos e que os agentes envolvidos podem compartilhar normas, regras, valores e convenções sociais.

linhas de especificidade criam o ‘ninho’: o ‘invólucro’ que protege o que acontece e cresce em seu interior.

Além de se caracterizarem como um segmento específico enquanto atua em todo o processo envolvido entre o fornecedor e o comprador, Rocha e dos Anjos (2016, p.140) afirmam que os mercados institucionais devem favorecer a integração do produtor em âmbito social, econômico, produtivo e visar a sua qualificação, adaptando-os a mercados emergentes e ampliando as possibilidades de estabelecerem canais e escoamento de produção.

Os mercados institucionais podem ser considerados instrumentos capazes de aproximar a produção de base familiar do consumo, tomando como exemplo os mercados institucionais do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que auxiliam na segurança alimentar do produtor e consumidor, e estimula o avanço econômico e produtivo, consequentemente fortalecendo a agricultura familiar (PAULA; KAMIMURA; SILVA, 2014, p.36).

Portanto, a partir dos mercados institucionais os agricultores familiares conseguem gerar renda através da comercialização de seus produtos, valorizando a produção de seus alimentos, além de garantir o acesso destes alimentos para a população mais vulnerável.

2.6- O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

Originado no ano de 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) tem confirmado a seriedade das políticas públicas na ampliação da agricultura familiar, impulsionando a produção agrícola, por meio da comercialização em distintas categorias (NUNES, MAISTRO, 2017). Esta política se faz presente na prática da comercialização de alimentos por meios cooperativos.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma ferramenta implementada pelo Programa Fome Zero, pelo artigo 19 da Lei 10.696 e regulamentado pelo Decreto 4.772. Segundo o MDA (2014), o Programa de Aquisição de Alimentos é uma política pública que visa contribuir como uma importante ferramenta de fortalecimento da agricultura familiar garantindo que alimentos de qualidade cheguem às populações em situação de insegurança alimentar e influencia os pequenos agricultores a aumentar a produção e melhorar a comercialização desses produtos, além de garantir a formação de estoques estratégicos para que os produtos sejam comercializados com preços justos.

Criado em 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma ação do Governo Federal para colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura familiar. Para isso, o programa utiliza mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta de produtos de

agricultores familiares ou de suas organizações, estimulando os processos de agregação de valor à produção (MDA, 2014, p.1).

Ainda consoante com o MDA (2014), o PAA funciona conforme cinco modalidades: a) Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea, provenientes de alimentos da agricultura familiar doados para pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sendo tais alimentos distribuídos a restaurantes comunitários e bancos de alimentos; b) Formação de Estoques pela Agricultura Familiar, modalidade utilizada para que os agricultores formem estoques de seus produtos a fim de comercializá-los; c) Compra Direta da Agricultura Familiar, se direciona a necessidade de demanda de alimentos para populações em situação de insegurança alimentar e nutricional com a baixa de preços dos alimentos; d) Incentivo à Produção e Incentivo de Leite, visa à distribuição gratuita de leite para populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, focando a atender as demandas em regiões do Nordeste e Minas Gerais. e) Compra Institucional, modalidade que tem o intuito de atender as demandas da Administração direta (União, Estados, DF e Municípios), em que restaurantes universitários, presídios, quartéis e creches estão inclusos nesta modalidade.

Modalidade	Origem do Recurso	Ação
Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea	MDS	Responsável pela doação de produtos adquiridos da agricultura familiar a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.
Formação de Estoques pela Agricultura Familiar – CPR Estoque	MDS/MDA	Disponibiliza recursos para que organizações da agricultura familiar formem estoques de produtos para posterior comercialização.
Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF	MDS/MDA	Voltada à aquisição de produtos em situação de baixa de preço ou em função da necessidade de atender a demandas de alimentos de populações em condição de insegurança alimentar.
Incentivo à Produção e Incentivo de Leite – PAA Leite	MDS	Assegura a distribuição gratuita de leite em ações de combate à fome e à desnutrição de cidadãos que estejam em situação de vulnerabilidade social e/ou em estado de insegurança alimentar e nutricional. Atende os estados do Nordeste.
Compra Institucional	-	Compra voltada para o atendimento de demandas regulares de consumo de alimentos por parte da União, Estados, Distrito Federal e Municípios;

Fonte: MDA, 2014. (Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/modalidades-do-paa>)

Segundo Castro *et al.* (2010), o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), com o intuito de incentivar as atividades agrícolas da agricultura familiar e favorecer meios para que a distribuição da pequena produção tenha resultados positivos, ampliou programas de compras diretas para que o pequeno produtor seja reconhecido pelo seu trabalho, agregando valor na produção e conseqüentemente na comercialização dos produtos orgânicos através das ações do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), cujo valor pago nos produtos orgânicos é em média 30% maior do que o valor comercializado de produtos convencionais.

De acordo com Rosa e Anjos (2014), é possível afirmar que o mercado do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) garante a venda dos produtos orgânicos e convencionais frequentemente, e como está direcionado à compra direta, não há a presença de atravessadores, além de que as próprias cooperativas fazem as entregas diretamente às comunidades beneficiadas pelo programa. A Lei 10.831/03 alega que na venda direta ao consumidor a certificação é facultativa, porém os produtores necessitam assegurar ao Ministério da Agricultura e aos consumidores a garantia da rastreabilidade diante do produto a ser comercializado.

Conforme publicação feita no Portal da Secretaria de Estado de Agricultura Familiar e Assuntos Fundiários do Governo do Mato Grosso do Sul (BRASIL), relata que os alimentos obtidos inteiramente dos agricultores familiares ou de suas associações e cooperativas são designados à concepção de acervos governamentais ou à doação para os indivíduos em ocorrência de Insegurança Alimentar e Nutricional, acolhidas pela organização socioassistencial, pelos aparelhamentos públicos de nutrimento e alimento e pelas outras composições demarcadas por resoluções do Grupo Gestor Do PAA (GGPAA), órgão organizado de caráter deliberativo com o encargo de normatizar, encaminhar e seguir a efetivação do Programa.

Os gráficos a seguir demonstram a evolução anual (entre os anos 2012 a 2017) das compras públicas feitas através da modalidade Compra Institucional do PAA em âmbito federal e estadual. É possível observar que na legislação estadual houve algumas oscilações no decorrer dos anos pelo motivo de dificuldade no monitoramento do repasse de valores, mas em âmbito federal as compras públicas obtiveram crescimento, principalmente nos anos 2016 e 2017, em que a maioria das compras foram feitas pelo Ministério da Defesa (MDS, 2017).



Fonte: MDS (2017, p.26)

O PAA Compra Institucional, modalidade acessada pelos agricultores familiares da cooperativa Pro Rural, evoluiu significativamente nos últimos anos, servindo de exemplo a diversos programas de compras públicas no Brasil, cooperando principalmente para o fortalecimento da agricultura familiar e a Segurança Alimentar e Nutricional. Esta possibilidade de avanço só foi possível, graças ao envolvimento dos seus diferentes atores (governo federal, estadual e municipal, os agricultores familiares e seus empreendimentos familiares rurais, e as uniões receptoras), o que tem fornecido progressivamente para a solidificação de seus fins.

3- Contexto da pesquisa de campo: PPA e a Pro-Rural no DF

A pesquisa de campo se desenvolveu por meio de entrevistas semiestruturadas e de natureza exploratória. Segundo Gerhardt e Silveira (2009), a entrevista semiestruturada se baseia em técnicas de diálogo e interação social que permite ao entrevistado respostas livres sobre o tema, sem haver padrões nas respostas.

Em junho de 2018, foram entrevistados três (3) agricultores familiares, que comercializam para o PAA e nas localidades próximas de Planaltina de Goiás. Observou-se a necessidade de

realizar uma breve entrevista com o presidente da cooperativa, Jairison Gonçalo, para compreender como tudo se iniciou com o PAA.

Morador do Loteamento Santa Maria – Lagoa Formosa, o entrevistado 1 tem uma área de 5ha, própria, possui 4 membros no núcleo familiar e começou a produzir maracujá no ano de 2016 e, no mesmo ano passou a comercializar as polpas do maracujá para o PAA através da cooperativa. O entrevistado 2 se localiza no Loteamento Toca da Corujinha e possui uma área de 4ha e 2 pessoas fazem parte do seu núcleo familiar, o pai aposentado e o filho. O mesmo comercializa para o PAA hortaliças como: alface, repolho, cebola, brócolis, tomate e batata-doce. Por fim, o entrevistado 3 se localiza no loteamento Capão das Negas, possui uma área de 4ha e moram 4 membros no seu núcleo familiar. Também produtor de hortaliças, o entrevistado 3 comercializa para o PAA batata doce, mandioca, pimentão, repolho verde e roxo.

Qualificada como uma boa estratégia de escoamento de produção, a cooperativa ProRural auxilia na comercialização dos agricultores familiares mantendo um vínculo dos mesmos com o PAA, se destacando como um bom exemplo de cooperativismo envolvendo a agricultura familiar.

3.1- Agricultura Familiar no Distrito Federal e Entorno

A Capital Federal passou por importantes transformações desde a sua criação até os dias atuais. Segundo Oliveira *et al.* (2015, p.56), [...] “até os anos de 1970 as atividades econômicas que havia na região se baseavam em uma pecuária extensiva, exercida antes da criação da Capital Federal, não apresentando desenvolvimento socioeconômico significativo.” Diante disso, ainda segundo os autores, foi a partir da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal Emater/DF³ e de ações dirigidas pelo Programa de Assentamento Dirigido do Distrito

³ Instituída pelo [Decreto nº 4.140 de 07 de abril de 1978](#), a Emater/DF é uma empresa pública ligada à Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do DF que opera através de Assistência Técnica e Extensão Rural, criada para o desenvolvimento rural sustentável e a segurança alimentar (EMATER, 2018).

Federal – PAD/DF⁴, que o setor agrícola na região demonstrou melhorias se tratando de desenvolvimento (OLIVEIRA *et al.* 2015).

O Distrito Federal é um território dividido em 31 Regiões Administrativas, sendo constituído por uma área total de 5.779,999 km², e uma área rural com 4.213,520 km², segundo a EMATER-DF (2009). De acordo com dados da Companhia de Planejamento do Distrito Federal-Codeplan (2015, p. 24), o Distrito Federal é composto por uma área urbana bem povoada, sendo que a população rural é reduzida em 3,4% da totalidade de habitantes, na qual um dos problemas principais se situa na baixa densidade demográfica do campo, havendo um desequilíbrio na distribuição de terras rurais.

De acordo com dados preliminares do Censo Agropecuário (2017), o Distrito Federal tem, em média 21.812 produtores rurais, na qual 83% são do sexo masculino e 16% do sexo feminino, e 1% não se aplica. Do pessoal ocupado, mais da metade (53%) tem laço parentesco com o produtor. São 5.246 estabelecimentos com área total de 257.047,358 hectares, sendo que a utilização das terras se dá a 43% da área composta por lavouras, 24% são pastagens e 27% correspondem a matas/florestas.

Em relação às culturas produtivas no DF, a produção de hortaliças é uma das atividades econômicas que mais gera renda e emprego e, em sua maioria, 83% estão os agricultores familiares, segundo a EMATER (2018). No entanto, estudos da EMATER (2018) também apontaram dificuldades na distribuição de renda em relação às cadeias produtivas porque o agricultor acabava ficando com a menor remuneração, conforme é demonstrado na figura a seguir.

⁴ Foi um programa executado pela Fundação Zoobotânica que tinha como objetivo tornar as áreas rurais do Distrito Federal mais produtivas economicamente (GHESTI, 2009).



Fonte: Emater (2018).

Outro fator a ser considerado como aspecto negativo é que muitas vezes as políticas públicas não são adequadas para o setor, que requer atenção se tratando de escoamento de produção.

No entanto, através de políticas públicas adequadas é possível para o agricultor familiar garantir renda e escoar mais facilmente sua produção. Diante disso, o Programa de Aquisição de Alimentos faz parte de uma das ações do governo que funciona como ferramenta de comercialização para os agricultores familiares, assentados de reforma agrária, indígenas e outros grupos tradicionais. Além de reduzir atravessadores para garantir a renda do agricultor familiar, o PAA contribui para a formação de estoques estratégicos visando uma distribuição melhor de alimentos para as populações vulneráveis socialmente (MDA, 2014).

Além de fortalecer a agricultura familiar nos dois parâmetros (agricultor familiar e consumidor final), o PAA também contribui positivamente através do associativismo e cooperativismo para auxiliar no escoamento da produção.

3.2- O PPA no DF

De acordo com a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão - Seplag (2018), o Plano Plurianual – PPA é uma ferramenta importante para a execução do planejamento do investimento público e implementação de metas das políticas públicas. Considerado um grande plano estratégico no âmbito governamental e estatal, o PPA é uma lei orçamentária

aprovada a cada quatro anos, que estabelece diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública do Distrito Federal (SEPLAG, 2018). Se tratando da agricultura familiar, o PPA executa suas ações através da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – SEAGRI/DF e pelas empresas EMATER/DF e CEASA/DF, que, juntas conseguem produzir e circular os produtos agrícolas (SEPLAG, 2018).

De acordo com a Seplag (2018), devido ao bom desempenho prestado pela EMATER junto com a EMBRAPA, o Distrito Federal conta com um sistema produtivo agrícola com tecnologia desenvolvida. Além disso, grande parte dos núcleos rurais do Distrito Federal predomina na produção de hortaliças, garantindo, através de políticas públicas, segurança alimentar nutricional (SAN) para populações vulneráveis.

Comparativo de Produtividades do Distrito Federal com o Brasil (Kg/ha)
Ano-Safra : 2012-2013 (Março 2014)

Discriminação	Distrito Federal	Brasil	Variação % BR/DF	Observações
Feijão das Águas (1)	1.120	778	43,96	4º_lugar em produtividade no Brasil
Feijão da Seca (1)	2.616	1.084	141,33	6º_lugar em produtividade no Brasil
Feijão Irrigado (1)	3.000	2.524	18,86	1º_lugar em produtividade no Brasil
Feijão Total	1.531	1.037	47,64	1º_lugar em produtividade no Brasil
Milho Sequeiro / Irrigado (1)	8.750	5.349	63,58	1º_lugar em produtividade no Brasil
Milho Safrinha (1)	9.621	5.216	84,45	1º_lugar em produtividade no Brasil
Milho Total	9.051	5.272	71,68	1º_lugar em produtividade no Brasil
Soja (1)	2.900	2.932	-1,09	9º_lugar em produtividade no Brasil
Café beneficiado (1)	2.187	1.432	52,72	1º_lugar em produtividade no Brasil
Trigo Irrigado (1)	7.000	2.585	170,79	1º_lugar em produtividade no Brasil
Sorgo (1)	4.000	2.682	49,14	1º_lugar em produtividade no Brasil
Batata (2)	38.930	27.829	39,89	2º_lugar em produtividade no Brasil
Tomate (2) Obs	66.761	66.157	0,91	6º_lugar em produtividade no Brasil
Alho (2)	10.418	10.728	-2,89	5º_lugar em produtividade no Brasil
Banana (2)	20.436	14.323	42,68	5º_lugar em produtividade no Brasil
Laranja (2)	24.000	23.003	4,33	3º_lugar em produtividade no Brasil

Fonte: Subsecretaria de Planejamento (2018, p.150).

Na figura acima é possível observar o comparativo de produtividades do Distrito Federal com o Brasil. Tendo em vista que as tecnologias utilizadas são a razão de uma produtividade elevada, é através destas tecnologias que os agricultores rurais melhoram seus conhecimentos agrícolas por intermédio de assistência técnica e adquirem capacitação e profissionalização através de projetos e políticas públicas (SEPLAG, 2018).

Com o objetivo de cumprir metas, o PPA conta com programas temáticos que auxiliam na tomada de decisão para atender a sociedade. Cada programa temático é composto por um valor

global, demonstrando o total de recursos orçamentários e extraorçamentários estipulados ao longo dos quatro anos vigentes, segundo informações do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) (BRASIL, s/d).

Em relação ao programa temático do Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar, o Objetivo 2016 a 2019 teve como valor global aproximadamente R\$133 bilhões, representando, assim, o valor total de recursos orçamentários e extraorçamentários estipulado no período de quatro anos.

Programa		Objetivo		Valor Total do Objetivo 2016 a 2019 (mil R\$)
Código	Título	Código	Título	
2012	Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar	0411	Ampliar o acesso e qualificar os instrumentos de crédito, de proteção da produção, de garantia de preços mínimos e de garantia de renda para a agricultura familiar.	129.056.117
		0412	Ampliar e qualificar os serviços de assistência técnica e extensão rural, promovendo a inovação e a sustentabilidade dos sistemas produtivos de agricultores familiares, assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais.	2.461.963
		0413	Promover a organização da agricultura familiar para o fortalecimento do cooperativismo e associativismo, a agroindustrialização, a inserção em mercados públicos e privados e o aproveitamento energético sustentável	99.243
		0759	Promover a autonomia econômica das mulheres rurais, por meio da inclusão produtiva e da geração de renda	70.927
		0760	Ampliar a inserção da agricultura familiar em sistemas de produção de base agroecológica, orgânica e da sociobiodiversidade, com ênfase na produção de alimentos saudáveis.	10.000
		0761	Promover e garantir o espaço da agricultura familiar na integração regional, na cooperação internacional, nas negociações internacionais e no comércio exterior.	-
		1033	Contribuir para a permanência da juventude no campo e a sucessão rural, por meio da ampliação da sua autonomia econômica e social	2.500
		1035	Promover o etnodesenvolvimento dos povos e comunidades tradicionais, por meio da inclusão produtiva e da geração de renda	-
		1138	Contribuir para a redução da pobreza rural, por meio da inclusão produtiva dos agricultores e das agricultoras familiares	670.262
		Valor Global do Programa		

Fonte: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (BRASIL, s/d, p.6).

No entanto, com uma nova atualização do valor global do programa, observa-se que houve cortes significativos nos recursos orçamentários e extraorçamentários, demonstrando os valores globais de aproximadamente R\$105 bilhões ao longo do período de quatro anos.

Anexo B - Atualização do Valor Global dos Programas do PPA 2016-2019

PROGRAMA: 2012 - Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar

Esfera	Valor 2016 (mil R\$)	Valor 2017 (mil R\$)	Valor 2018 (mil R\$)	Valor 2019 (mil R\$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	8.102.858	6.003.363	5.774.539	4.616.968
Despesas Correntes	7.612.273	5.362.282	5.163.917	4.205.577
Despesas de Capital	490.585	641.080	610.622	411.391
Recursos Extraorçamentários	23.742.054	19.725.370	18.121.650	18.682.332
Crédito e Demais Fontes	23.742.054	19.725.370	18.121.650	18.682.332
Valores Globais	31.844.912	25.728.733	23.896.189	23.299.300
		104.769.134		

Fonte: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (BRASIL, 2018, p.54).

Segundo o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (BRASIL, 2018), no ano de 2017, a meta original seria atender 250 mil famílias com vulnerabilidade social com o intuito de garantir que as mesmas tenham participação ativa na produção rural através de assistências técnica e extensão rural ou do acesso às tecnologias sociais de água para a produção. Porém, segundo o MDS (2017) em 2018, a meta estipulada foi que apenas 40 mil famílias teriam acesso aos recursos do Programa Fomento às Atividades Produtivas Rurais ou do acesso às tecnologias sociais de água para produção, retirando a oferta de assistência técnica e extensão rural.

3.3- Análise dos dados: a participação da cooperativa no PAA

Segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), o Brasil reúne 1.618 cooperativas no setor agropecuário. São 1.017.481 associados e 198.564 empregados. A ProRural, um dos objetos de estudo, é uma cooperativa localizada no entorno do DF que auxilia os agricultores familiares da região através da modalidade Compra Institucional, abastecendo órgãos públicos com produtos oriundos da agricultura familiar. A cooperativa ProRural organiza agricultores familiares cooperativados para comercializar com o PAA. Com o objetivo de auxiliar no escoamento de produção dos agricultores familiares da região, a Cooperativa ProRural se iniciou em janeiro de 2016, atendendo escolas através do PNAE, tendo contrato com o Zoológico de Brasília e o Programa de Aquisição da Produção da Agricultura do Distrito Federal – PAPA/DF – programa que facilita a compra direta de produtos agrícolas e artesanais (Seagri,

2018). Contudo, foi através da Modalidade PAA - Compra Institucional que a cooperativa se consolidou, fornecendo os alimentos provenientes dos agricultores familiares cadastrados para as Forças Armadas. À época da pesquisa, a cooperativa trabalhava com 226 produtores rurais cadastrados.

O que motivou a cooperativa a participar do PAA é a facilidade em estratégia comercial, a demanda é grande de alimentos, então há grande comercialização, e Jairison afirma que os preços praticados são superiores em comparação ao mercado, garantido uma melhoria na renda dos agricultores familiares. Jairison garante que em 2017 o contrato fechado entre o Ministério da Defesa e a ProRural foi de R\$ 1,7 milhão, o que ocasionou desenvolvimento nas vendas e auxiliando nas compras de veículos próprios para a cooperativa escoar a produção dos agricultores. Quando questionado se houve alguma dificuldade para obter acesso ao programa, Jairison afirma que não ocorreram obstáculos e que o PAA facilita muito em relação a processos jurídicos. (Entrevista realizada em junho de 2018 na sede ProRural).

Porém, a dificuldade que o presidente da cooperativa encontrou foi na comunicação com alguns produtores rurais. Ele relata que muitas vezes há a falta de entendimento na parte do agricultor em relação aos programas do governo; "o produtor vende, sabe pra onde vende mas não sabe como funciona, isso atrapalha muito, porque precisamos explicar que, embora eles não sejam obrigados a vender, mas precisam estar vinculados e fornecer o produto por um preço competitivo, além de se manter presente nas vendas porque o MDS fiscaliza para saber se os produtores vinculados atingiram as metas". (Entrevista com Jairison, realizada em junho de 2018 na sede ProRural).

Jairison afirma que a EMATER-GO auxiliou bastante na inclusão da ProRural na modalidade PAA - Compra Institucional, explicando que era o programa que melhor atenderia as necessidades da cooperativa, além de auxiliar com cursos para capacitação dos agricultores familiares e projetos que facilitam na diversificação dos alimentos produzidos por eles. A ProRural então disputou com 21 cooperativas e ficou entre as 13 selecionadas para atender o PAA Institucional, conseguindo fornecer 27 itens para o programa. Ele confirma que " isso alavancou o nosso negócio porque começamos a comercializar de verdade e com mais força, daí tivemos que buscar mais produtores porque o consumo das pessoas era muito alto e constante. " (Entrevista com Jairison, realizada em junho de 2018 na sede ProRural).

Entrevistado 1: Assim que se tornou participante da cooperativa, o entrevistado 1 envolveu-se ativamente comercializando polpa de maracujá para a ProRural, que é repassada para o PAA, fazendo entregas 2 vezes na semana. Além da produção de maracujás, ele também produz algumas hortaliças, mas comercializa apenas na feira aos domingos situada na cidade. O entrevistado 1 afirma que teve acesso ao PAA através de recomendações de outro agricultor, também participante da cooperativa. Ele afirma que a cooperativa ProRural tem ajudado bastante no escoamento da sua produção, mas acredita que pode melhorar por que os repasses de pagamentos acontecem apenas uma vez por ano, além de ocorrer atrasos nos pagamentos e consequentemente, ele vê dificuldade para complementar sua renda e pagar dívidas da sua produção, tendo que recorrer a outros tipos de comercialização através da feira aos domingos. Quando perguntado se houve dificuldade para entrar no programa, o entrevistado 1 respondeu que não houve grandes dificuldades porque a cooperativa auxiliou no possível para que ele pudesse fazer parte do PAA.

O entrevistado afirma que o PAA influenciou positivamente na comercialização de polpas de maracujá; antes de fazer parte do programa, o mesmo comercializava apenas algumas hortaliças. A ideia de produzir maracujá surgiu assim que começou a fazer parte do PAA. Além de garantir que todas as polpas sejam comercializadas com o mínimo de perdas, o entrevistado vê vantagem porque já tem o consumidor certo para vender, com preço fixo, ou seja, já tem aquela certeza de que vai comercializar, além de ter uma colheita segura sem muitas perdas. No entanto, o entrevistado percebeu um ponto negativo em relação ao PAA. Por um lado, a comercialização de polpas é garantida. Por outro lado, o PAA não garante entregas durante todo o ano, fazendo com que o agricultor busque alternativas de venda, como as hortaliças na feira aos domingos.

Entrevistado 2: O entrevistado 2 comercializa hortaliças como: alface, repolho, cebola, brócolis, tomate e batata-doce e os mesmos são entregues para o PAA através da cooperativa ProRural. O entrevistado cria galinhas, porcos e algumas vacas para a produção de leite, comercializa nas proximidades da sua chácara e na cidade de São Gabriel, tendo vendedores fixos (atravessadores) e alguns consumidores que o conhece há anos e sempre o procuram para comprar. Participante do PAA desde 2017, o entrevistado faz entregas 3 vezes na semana e teve acesso ao programa através do Jairson, presidente da cooperativa ProRural. Ele afirma que a cooperativa ProRural auxiliou bastante no começo em relação a sua produção/comercialização

com palestras (através da EMATER-GO) e encontros semanais para explicar mais sobre o programa e os itens a serem comercializados. Porém, ele se mostra insatisfeito em relação ao repasse de pagamento, muitas vezes ele tem que recorrer ao salário do seu pai que é aposentado e com a ajuda do filho que trabalha na cidade. Em relação às burocracias para entrar no programa, o entrevistado disse que a cooperativa sempre facilitou essa parte e que não houve muita burocracia.

Com relação ao PAA, o entrevistado 2 afirma que o mesmo influenciou positivamente tanto na sua comercialização como na sua saúde nutricional. Além de gerar renda, ele afirma que os hábitos alimentares mudaram completamente, e que eles têm uma qualidade de vida melhor agora. Como há um controle na produção, ele vê vantagem na garantia da venda, "isso por que na cidade de Planaltina de Goiás existem muitos locais de comercialização de frutas, verduras e legumes. A gente não consegue ter boa venda na cidade porque tem muito produtor pra vender lá" (Agricultor Familiar 2, entrevista realizada em junho de 2018). Ele ressalta que como há muita competitividade, muitas vezes não consegue comercializar as hortaliças e acaba perdendo produção. O entrevistado afirma que o PAA contribui com isso pois já tem uma venda certa e controlada. Além de identificar como ponto negativo o atraso dos pagamentos, o entrevistado afirma que muitas vezes o PAA interfere na sua safra. Quando está na época de se produzir alface, eles querem entregar outra hortaliça fora da época de plantio, conseqüentemente ele acaba não entregando o que produziu, pois foi aquilo que o programa exigiu.

Entrevistado 3: O agricultor familiar 3 começou com o PAA com o objetivo de aumentar sua renda e garantir a comercialização. O entrevistado entrega para o PAA algumas hortaliças como batata doce, mandioca, pimentão, repolho verde e roxo. Mas na sua chácara também existem galinha e vaca para fins de comercialização destinada à cidade de Planaltina de Goiás. O entrevistado afirma que teve acesso ao PAA através do presidente da cooperativa, Jairison que apresentou como funcionava e até então ele entrega seus itens para o PAA 3 vezes na semana. O agricultor diz que o PAA ajudou bastante na sua comercialização. Por não ter um veículo próprio para escoar sua produção, ele confessa que se não fosse pela cooperativa indo buscar os produtos, com certeza teria perdas e viu como uma oportunidade para ter uma renda fixa. Como ponto negativo, ele diz que "a cooperativa muitas vezes atrasa no pagamento e prejudica na hora de pagar as contas, porque tenho que tirar de onde não tenho para cobrir dívidas

do plantio" (Entrevistado 2, 2018). Ele afirma que não houve dificuldade para acessar o PAA e que a cooperativa sempre estava à disposição para auxiliar no acesso ao programa.

No que se refere ao PAA, o entrevistado 3 concorda que influenciou positivamente na sua produção e na qualidade dos produtos, além de ser um incentivo para melhorar sua comercialização, porém ele afirma que, apesar de ter melhorado suas vendas, não é o suficiente para o sustento da sua família. Como os repasses são feitos 1 vez ao ano, o entrevistado precisa buscar outros meios para o sustento e o pagamento de dívidas, por isso ele acaba indo atrás de atravessadores para vender galinha e leite quase que a preço de custo, pois, como não tem veículo próprio, fica difícil se locomover para comercializar.

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como uma alternativa de se obter uma garantia de renda, o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA é considerado uma política pública essencial para o incentivo da comercialização dos agricultores familiares. Com base neste trabalho, foi possível estudar como o programa influenciou na comercialização, de que forma foi ocorrido o acesso ao PAA e suas dificuldades de acesso e a importância da cooperativa na comercialização dos agricultores para que fosse possível o acesso ao PAA.

De acordo com as entrevistas, percebe-se que os agricultores não obtiveram maiores dificuldades para acessar o PAA e que a cooperativa ProRural foi um grande colaborador para tornar possível o acesso dos agricultores ao PAA. Em relação à comercialização, todos os agricultores entrevistados concordaram que o PAA influenciou positivamente, tornando possível um melhor escoamento da sua produção e garantia de renda. No entanto, todos também confirmam influência negativa em relação a repasse de pagamentos apenas uma vez ao ano e muitas vezes o atraso destes pagamentos também da cooperativa, ocasionando alguns prejuízos no dia a dia dos agricultores.

Conclui-se com este trabalho que o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA trouxe benefícios para os agricultores através da cooperativa que funcionou como "ponte" para o acesso ao programa, e que através do PAA foi possível a melhoria da comercialização, produção e qualidade de vida, tanto relacionada à renda como nutricional. O PAA contribuiu também para diminuir a quantidade de atravessadores garantindo uma renda maior e a preço fixo, transparecendo a utilidade que os agricultores têm para que, através do mercado institucional, seus alimentos sejam bem vistos à população com insegurança alimentar nutricional.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Agricultura Familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural.** Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.15, n.1, p.137-157, jan./abr. 1998. Disponível em: <<https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/viewFile/8932/5051>> Acesso em: 19 set. 2017.

AGUM, R.; RISCADO, P.; MENEZES, M. **Políticas Públicas: conceitos e análise em revisão.** Revista Agenda Política. Vol. 3 n.2. julho/dezembro 2015. Disponível em: <<file:///C:/Users/root/Downloads/67-119-1-SM.pdf>> Acesso em: 25 fev 2018.

BARROS, G. S. C.; **Economia da comercialização agrícola.** Universidade de São Paulo. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Piracicaba-SP. fev 2007. Disponível em: <<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/documentos/texto/economia-da-comercializacao-agricola-em-pdf.aspx>> Acesso em: 30 out 2018.

BECKER, C.; ANJOS, F. S. **São os mercados institucionais da agricultura familiar um instrumento para o desenvolvimento rural?** Estudo de caso em municípios do sul do Brasil. Revista Fac. Agron. (2015) Vol. 114 (Núm. Esp. 1): 143-152 Disponível em: <http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT33/GT33_BeckerCSaccoF.pdf> Acesso em: 10 jan 2018.

BENECKE, D. W. **Coopera e desenvolvimento: o papel das cooperativas no processo de desenvolvimento econômico nos países de terceiro mundo.** Recife: Assocene, 1980.

BIALOSKORSKI, 2000 apud LINS; PIRES, 2010, p. 1. **O Cooperativismo Agrícola Como Uma Forma de Neutralizar as Desvantagens Competitivas da Agricultura Familiar.** Em análise a Coopercaju. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação Caxias do Sul/RS. 2010. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-2786-1.pdf>> acesso em 03 ago 2018.

BIALOSKORSKI, Neto Sigismundo. **Aspectos Econômicos das Cooperativas.** Belo Horizonte: Mandamentos, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **PRONAF completa 22 anos com números importantes para a história do programa.** 24 Ago 2017. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/pronaf-completa-22-anos-com-n%C3%BAmeros-importantes-para-hist%C3%B3ria-do-programa>> Acesso em: 11 abril 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Modalidades do PAA.** Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/modalidades-do-paa>> Acesso em: 01 abril 2018.

BRASIL. **LEI Nº 10.831, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2003.** – Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.831.htm> Acesso em: 10 set 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA**. Disponível em: < <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/sobre-o-programa>>. Acesso em: 13 set. 2017.

BRASIL. Governo do Mato Grosso do Sul, Secretaria de Estado de Agricultura Familiar e Assuntos Fundiários. **PAA – Programa de Aquisição de Alimentos**. Portal Transparência. Disponível em: <http://www.seaf.mt.gov.br/-/7982358-paa-programa-de-aquisicao-de-alimentos?ciclo=cv_mi> acesso em 26 jul. 2018.

BRASIL. Governo do Brasil. **Agricultura familiar do Brasil é 8ª maior produtora de alimentos do mundo**. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/economia-e-financas/2018/06/agricultura-familiar-brasileira-e-a-8a-maior-produtora-de-alimentos-do-mundo> Acesso em: 01 out 2018.

BRASIL. Governo do Brasil. **Plano Plurianual 2016-2019**. Disponível em: <http://bibspi.planejamento.gov.br/bitstream/handle/iditem/732/PPA_2016_2019_N%C3%BAmeros.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 4 dez 2018

BUAINAIN, Antônio Márcio; FILHO, Hildo M. de Souza; SILVEIRA, José Maria. **Inovação tecnológica na agricultura familiar**. In. Dalmo M. A. Lima e John Wilkinson (orgs). Inovação nas tradições da agricultura familiar. Brasília/CNPq/Paralelo 15, 2002, p. 47-81.

CASSOL, A. et al. **Mercados Imersos: uma perspectiva de análise institucional e relacional das trocas econômicas e do intercâmbio mercantil**. Política e Sociedade. Florianópolis. vol. 15. n. 33 maio/ago. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2016v15n33p314> Acesso em: 24 nov 2018.

CASTRO NETO, N. et al. **Produção Orgânica: uma potencialidade estratégica para a agricultura familiar**. Revista Percurso - NEMO, Maringá, v.2, n.2, p. 73-95, 2010. <<file:///C:/Users/root/Downloads/10582-44667-1-PB.pdf>>. Acesso em: 16 set 2017.

CODEPLAN. **Agricultura Familiar no Distrito Federal - Dimensões e desafios**. 2015. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Agricultura-Familiar-no-DF-Dimens%C3%B5es-e-Desafios.pdf> Acesso em: 01 nov 2018.

CONAB. Compêndio de Estudos Conab. Programa de Aquisição de Alimentos - PAA: **Resultados das ações da Conab em 2017**. v.13, 2018. Acesso em: 23 nov 2018

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Agricultura e Desenvolvimento Rural. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Conjuntura Socioeconômica Rural do Distrito Federal em Números**—Brasília, 2009.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Agricultura e Desenvolvimento Rural. **Hortaliças**. 2018. Disponível em: <http://www.emater.df.gov.br/hortaliças/> Acesso em: 01 nov 2018

DISTRITO FEDERAL. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural. **A Emater-DF**. 2018 Disponível em: <<http://www.emater.df.gov.br/a-emater-df/>> Acesso em: 24 nov 2018.

FEDERAÇÃO DAS UNIMEDS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Cartilha **Cooperativismo: uma história sempre atual**. Disponível em: <<http://bibliotecafesp.unimedfesp.coop.br/midias/Cartilha%20Cooperativismo.pdf>> acesso em 03 ago 2018.

FERNANDES, S. A. M. **O Pronaf na agricultura familiar: sua criação, distribuição e principais resultados**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2013. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/79225/000900902.pdf?sequence=>>> Acesso em: 19 set. 2017.

GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>> Acesso em: 22 nov 2018.

GHESTI, L. V. **Programa de assentamento dirigido do Distrito Federal- PAD/DF**. Uma realidade que superou o sonho. Brasília. 2009. Disponível em:<<http://www.coopadf.com.br/o-pad-df>> Acesso em: 24 nov 2018.

GUILHOTO, J. J. M. et al. **A importância da Agricultura Familiar no Brasil e em seus estados**. NEAD - Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural Ministério do Desenvolvimento Agrário; FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. Fev 2007. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Carlos_Azzoni/publication/4731981_A_IMPORTANCIA_DA_AGRICULTURA_FAMILIAR_NO_BRASIL_E_EM_SEUS_ESTADOS/links/0fcfd5089e9a9ec637000000/A-IMPORTANCIA-DA-AGRICULTURA-FAMILIAR-NO-BRASIL-E-EM-SEUS-ESTADOS.pdf> Acesso em: 01/10/2018.

GRISA, C. **As políticas para a agricultura familiar no Brasil: um ensaio a partir da abordagem cognitiva**. Desenvolvimento em Debate. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 83-109, 2010.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil**. Revista de Economia e Sociologia Rural, vol. 52, supl. 1, Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v52s1/a07v52s1.pdf>> Acesso em: 11 jan 2018.

MACIEL, L. R. **Mercado Institucional de Alimentos: Potencialidades e Limites para a Agricultura Familiar**. Universidade de Brasília. Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária. 115 p. ago. 2008. Disponível em:

<http://www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/1460/1/2008_Dissertacao_LucasMaciel.pdf>
Acesso em: 27 nov. 2017

MATTEI, A. **O conceito de desenvolvimento na agricultura familiar e a questão das políticas públicas.** VII Mostra de Iniciação Científica IMED. 2014 Disponível em: <https://www.imed.edu.br/Uploads/micimed2014_submission_115.pdf> Acesso em: 30 out. 2018.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Modalidade Compra Institucional.** Relatório de Execução. 2017. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/compra_institucional/BALANCO_RELATORIO_EXECUCAO_PAACI_2017.pdf Acesso em: 08 nov 2018.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Programa de Fomento às Atividades Rurais beneficiou mais de 40 mil famílias.** 2017. Disponível em: <<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2017/dezembro/programa-de-fomento-as-atividades-rurais-beneficiou-mais-de-40-mil-familias>> Acesso em: 04 dez 2018

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO. **Atualização do Plano Plurianual 2016-2019.** 2018. Disponível em: <http://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/ppa/ppa_2016_2019_atualizacao2018/atualizacao2018_2.pdf> Acesso em: 4 dez 2018.

MOREIRA, R. J. **Uma visão do papel da agricultura familiar no Brasil.** Novos Cadernos NAEA v. 12, n. 2, p. 57-88, dez. 2009 Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/316>> Acesso em: 1 abril 2018.

NUNES, Patricia Joia; MAISTRO, Marta C. Marjotta. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na comercialização de produtos agroecológicos do assentamento “Mário Lago”.** Revista NERA, ano 20, nº37, pp129-153. Presidente Prudente-SP, mai/ago 2017. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/4968/3858>> acesso em 26 jul 2018.

OLIVEIRA, C. S. **O papel do cooperativismo agrícola na sociedade e na educação.** *Revista Jus Navigandi*. Brasil, 2015. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/58936/o-papel-do-cooperativismo-agricola-na-sociedade-e-na-educacao>> acesso em 26 jul 2018.

OLIVEIRA, M. N. da Silva; WEHRMANN, M. E. S. de Faria e SAUER, S. Agricultura familiar no Distrito Federal: a busca por uma produção sustentável. **Sustentabilidade em debate.** Brasília, v. 6, n. 1, p. 53-69, jan/abr 2015. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/sust/article/view/11422/10767>> Acesso em: 24 nov 2018. ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **O ouro verde do Brasil.** Disponível em: <https://www.ocb.org.br/ramo-agropecuario> Acesso em: 01 nov 2018.

PAULA, M. M; KAMIMURA, Q. P; DA SILVA, J. L. G. **Mercados institucionais na agricultura familiar: dificuldades e desafios.** Revista de Política Agrícola. Ano XXIII. n. 1.

Jan/fev/mar/ 2014. Disponível em:
 <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/102681/1/Mercados-institucionais-na-agricultura.pdf>> acesso em: 21 dez 2017.

PAULI, J. Desenvolvimento, Democracia e Gestão do Crédito: A agricultura familiar em debate. **Os desafios da CRESOL na Gestão do Desenvolvimento Rural e do Cooperativismo de Crédito.** pág. 21. Editora IMED. 2009. Disponível em:
 <<http://ifibe.edu.br/arq/201508131515191828836428.pdf#page=21>> Acesso em: 30 out. 2018.

PIERRI, M.C.Q.M.; VALENTE, A.L.E.F. **A feira livre como canal de comercialização de produtos da Agricultura Familiar.** Sober. UnB-Brasília. 2009. Disponível em:
 <<http://www.sober.org.br/palestra/15/234.pdf>> Acesso em: 30 out. 2018.

PLOEG, J. D. V. D. **Trajetórias do desenvolvimento rural:** pesquisa comparativa internacional. Sociologias, Porto Alegre, ano 13, 27, mai./ago. 2011, p. 114-140 Disponível em:
 <<http://www.scielo.br/pdf/soc/v13n27/a06v13n27.pdf>>. pdf Acesso em: 10 jan 2018

ROCHA, J. H; DOS ANJOS, F. S. **Agricultura familiar e os mercados institucionais:** análise do programa de aquisição de alimentos. Revista NERA. Ano 19, nº. 31 p. 111-142 Mai-Ago./2016 Disponível em:
 <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/3553/3417>> Acesso em: 10 jan 2018.

ROSA, J. S.; SACCO DOS ANJOS. **Mercados institucionais como ferramenta ao desenvolvimento rural:** análise da experiência de uma cooperativa na região sul do Rio Grande do Sul. In: Encontro De Economia Gaúcha, 7., 2014, Porto Alegre. Porto Alegre: FEE: PUCRS, 2014. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/05/201405267eeg-mesa27-mercadosinstitucionaisferramentadesenvolvimentorural.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2017.

SAVOLDI, A.; CUNHA, L. A. **Uma abordagem sobre a agricultura familiar, Pronaf e a modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná na década de 1970.** [Editorial]. Revista Geografar, v.5, n.1, p.25-45, jan./jun., 2010. Disponível em:
 <<http://revistas.ufpr.br/geografar/article/view/17780>> Acesso em: 22 fev 2017.

SECRETARIA DO ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO.
 Subsecretaria de Planejamento. **Lei nº 5.602/2015, DE 30/12/2015, PPA 2016-2019.** Disponível em: <http://www.seplag.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2017/12/LEI-5602_2015-PPA-2016_2019-FINAL.pdf> Acesso em: 24 nov 2018.

SILVA, J.R. da.; JESUS, P. de. **Os desafios do novo rural e as perspectivas da Agricultura Familiar no Brasil.** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas. 2007. Disponível em:
 <<http://connepi.ifal.edu.br/ocs/index.php/connepi/CONNEPI2010/paper/viewFile/1407/457>> Acesso em: 01 out 2018.

SILVA, C.M.V.; SCHULTZ, G. **Acesso aos mercados e gestão de cooperativas da agricultura familiar no Brasil.** Revista Espacios. vol. 38. n. 44. ano 2017. pág. 23. Disponível em:
 <<http://www.revistaespacios.com/a17v38n44/a17v38n44p23.pdf>> Acesso em: 03 nov. 2018.

STEVAM, O. D.; SALVARO, G.I.J.; LANZARINI, J.J.S. **O perfil socioeconômico dos/as consumidores/as das feiras livres municipais da agricultura familiar na região sul catarinense.** GIDAFEC/UNESC/CNPq. 2014. Disponível em: <https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2014/Arquivos/03/5_Dimas%20Estevam.pdf> Acesso em: 30 out. 2018.

UENO, V. A. et al. Estratégias de comercialização na agricultura familiar: **estudos de casos em assentamentos rurais do estado de São Paulo.** Embrapa Meio Ambiente. 2016. Disponível em: <<https://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/1065665/1/2016AA50.pdf>> Acesso em: 03 nov. 2018.

APÊNDICE

Roteiro de Entrevista da Cooperativa

- Nome do entrevistado/cargo?
- Quando surgiu a cooperativa? Por que ela surgiu?
- Quantos funcionários estão trabalhando atualmente?
- Quantos agricultores há na cooperativa?
- A cooperativa acessa somente o programa PAA? Se acessa outros, quais são?
- Por que a cooperativa optou por acessar o PAA?
- Qual modalidade do PAA a cooperativa participa?
- A cooperativa encontrou alguma dificuldade para acessar o PAA?
- A cooperativa conta com alguma parceria?
- Há algum ponto negativo a ser considerado em relação ao programa?

Roteiro de Entrevista dos Agricultores

- Nome do entrevistado?
- Tamanho da propriedade?
- Além do PAA comercializa em outro lugar? Onde?
- Como ficou sabendo do PAA? Quando e porque vocês acessam o PAA?
- Como você fez para participar? Encontrou alguma dificuldade?
- O PAA contribuiu para a melhoria da sua comercialização? Se sim como o PAA te ajudou?
- Fale sobre algum ponto positivo ou negativo do PAA?
- A cooperativa contribuiu de forma positiva ou negativa para o acesso ao PAA?
- Por qual motivo você quis acessar o PAA?